



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 014 da Sessão Ordinária nº 014, de
07 de março de 2013.

1 Às nove horas do dia sete de março de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios
2 do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros **DANIEL LAVAREDA**,
4 **MARA LÚCIA**, **CEZAR COLARES** e **ANTÔNIO JOSÉ**, Ausência justificada dos Conselheiros **ALOÍSIO**
5 **CHAVES** e **ROSA HAGE**, bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA,
6 **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do
7 Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta
8 Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para proposição de voto, nos
9 termos da Resolução nº 10.249/2011. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que
10 assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos
11 neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e
12 aprovação da Ata da Sessão nº 009/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
13 momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1300012009-00; Prefeitura**
14 **Municipal de Anapu; Prestação de Contas 2009; Contas Anuais de Governo; Responsável Francisco de**
15 **Assis dos Santos Souza; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
16 **Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.348, de 04.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
17 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer
18 prévio contrário a aprovação das contas de Governo. A matéria foi colocada **em discussão**. O
19 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
20 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Anapu, a
21 aprovação das contas de Governo do Executivo Municipal, exercício 2009, de responsabilidade do Sr.
22 Francisco de Assis dos Santos Sousa. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares.
23 Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 3: **Processo nº**
24 **1150012004-00; Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas 2004;**
25 **Responsável José Orlando Freire; Auditora Elaine Bastos; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
26 **Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.348, de 04.03.2013.** Cumprindo
27 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
28 emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
29 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara
30 Municipal de Ipixuna do Pará, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2004, de
31 responsabilidade do Sr. José Orlando Freire, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes
32 valores: Ao Tesouro Municipal: 1 - R\$-21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), referente a 30% da



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

33 remuneração paga ao Prefeito, pelo remessa intempestiva dos RGF's do exercício. 2 - R\$-458.526,31
34 (quatrocentos e cinquenta e oito mil quinhentos e vinte e seis reais e trinta e um centavos), referente a
35 conta "Agente Ordenador", considerado valor em alcance que caracteriza o desvio de recursos municipal. Ao
36 FUMREAP - Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos
37 Municípios do Estado do Pará - (Lei nº 7.368, de 29/12/2009): 3 - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), com base
38 no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela não apropriação da totalidade dos encargos
39 patronais do exercício, em desacato ao art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal. 4 - R\$-5.000.00 (cinco
40 mil reais) pela remessa intempestiva da prestação de contas e RREO's, com base no art. 120-B, IV do
41 RI/TCM/PA. 5 - R\$-10.000,00 (dez mil reais) pelos: descontrole financeiro e orçamentário, não aplicação do
42 mínimo constitucional em educação, valorização do ensino fundamental e saúde, não remessa dos atos de
43 abertura de créditos, não envio do Anexo XVI e XVII da Lei nº 4320/64, não remessa do parecer do Conselho
44 do FUNDEF, descumprimento do art. Art. 77 §3º dos ADCT. Cópia dos autos deverá ser remetida ao
45 Ministério Público Estadual para as providências que achar cabíveis". **Em votação:** o Conselheiro Cezar
46 Colares, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na
47 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém divergiu quanto a multa ao FUMREAP. A
48 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio
49 recomendando à Câmara Municipal de Ipixuna do Pará, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura
50 Municipal, exercício 2004, de responsabilidade do Sr. José Orlando Freire, que deverá recolher, no prazo
51 de 15 (quinze) dias, os seguintes valores: Ao Tesouro Municipal: 1 - R\$-21.600,00 (vinte e um mil e
52 seiscentos reais), referente a 30% da remuneração paga ao Prefeito, pela remessa intempestiva dos
53 RGF's do exercício; 2 - R\$-458.526,31 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e seis
54 reais e trinta e um centavos), referente a conta "Agente Ordenador", considerado valor em alcance que
55 caracteriza o desvio de recursos municipais; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao
56 Ministério Público Estadual. **Por maioria:** Ao FUMREAP, aplicar as seguintes multas: 3 - R\$-4.000,00
57 (quatro mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela não
58 apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício, em desacato ao art. 50, II, da Lei de
59 Responsabilidade Fiscal; 4 - R\$-5.000.00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de
60 contas e RREO's, com base no art. 120-B, IV do RI/TCM/PA; 5 - R\$-10.000,00 (dez mil reais) pelo
61 descontrole financeiro e orçamentário, não aplicação do mínimo constitucional em educação, valorização
62 do ensino fundamental e saúde, não remessa dos atos de abertura de créditos, não envio do Anexo XVI
63 e XVII da Lei nº 4320/64, não remessa do parecer do Conselho do FUNDEF, descumprimento do art.
64 Art. 77 §3º dos ADCT. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa ao FUMREAP.
65 **Processo nº1370022007-00; Câmara Municipal Marituba; Prestação de Contas 2007;**
66 **Responsável José Bonifácio Viana Barroso; Auditor Leonardo Macieira e 7ª Controladoria; Procuradora -**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

67 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado
68 no DOE nº 32.348, de 04.03.2013. Retirado de pauta. Processo nº 1300042009-00; Fundo
69 Municipal de Saúde de Anapu; Prestação de Contas 2009; Responsável Aurileide Lima Vieira; 5ª
70 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado
71 no DOE nº 32.348, de 04.03.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
72 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi
73 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
74 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo
75 Municipal de Saúde de Anapu, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Aurileide Lima Vieira, em
76 favor da qual deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação na quantia de R\$-3.945.981,42
77 (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e dois
78 centavos). Às dez horas e um minuto, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em
79 seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 2: **Processo nº**
80 **1300012005-00; Prefeitura Municipal de Anapu; Prestação de Contas 2005; Responsável Luiz dos**
81 **Reis Carvalho; 4ª Controladoria; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro**
82 **Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.348, de 04.03.2013.** Cumprindo dispositivo
83 regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
84 parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
85 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
86 pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Anapu, a aprovação das
87 contas do Executivo, exercício de 2005, com ressalva, devendo o Ordenador de despesas, Luiz dos Reis
88 Carvalho, recolher aos Cofres do Município, no prazo de 15 (quinze) dias, a quantia de R\$-6.000,00 (seis
89 mil reais), pela remessa fora do prazo dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do art. 5º, I, § 1º da
90 Lei nº 10.028/2000. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 6:
91 **Processo nº 140062003-00; Secretaria Municipal de Administração SEMAD/PMB; Prestação**
92 **de Contas 2003; Responsável Antônio João Teixeira Campos Silva; Auditor Alcimar Lobato Da Silva;**
93 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator da proposição de voto Auditor José Alexandre da Cunha**
94 **Pessoa; Publicado no DOE nº 32.348, de 04.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
95 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas,
96 com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor proferiu sua proposição de **VOTO:** "*pela*
97 *aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Secretaria Municipal de Administração, exercício de*
98 *2003, de responsabilidade do Sr. Antônio João T. Campos Silva, sem prejuízo do recolhimento da multa de*
99 *R\$-2.000,00 (dois mil reais), com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 025/94 – LOTCM/PA,*
100 *pelas falhas apresentadas nos contratos 006/99, 003/2001 e 008/97. Após o recolhimento da multa imposta,*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

101 *deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação ao Ordenador no valor de R\$-15.459.792,39 (quinze*
102 *milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e trinta e nove centavos)“.*

103 **Em votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos do voto apresentado, no que foi
104 acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Cezar Colares e Conselheiro Antônio José.
105 A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, sem a multa. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
106 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Secretaria
107 Municipal de Administração, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. Antônio João T. Campos Silva,
108 sem prejuízo do recolhimento de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), com fulcro no art. 57,
109 inciso II, da Lei Complementar nº 025/94 – LOTCM/PA, pelas falhas apresentadas nos Contratos nº's
110 006/99, 003/2001 e 008/97. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a multa. Às dez horas e dez
111 minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº**

112 **200915327-00; Centro Educacional Cultural São Jerônimo; Prestação de Contas 2009; Prestação**
113 **de Contas do Convênio Nº 040/09 firmado com a FUNPAPA; Responsável Maria Celeste Simões; 4ª**
114 **Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães;**
115 **Publicado no DOE nº 32.348, de 04.03.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério

116 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas do Convênio
117 nº 040/09. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
118 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação
119 de contas do Centro Educacional Cultural São Jerônimo, referente ao Convênio nº 040/2009, firmado
120 com a Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido em favor de Maria Celeste
121 Simões, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-21.000,00 (vinte e um mil reais). Em seguida,
122 houve a inversão de pauta com o julgamento do Processo de nº 20 e 21: **Processo nº 201217806;**

123 **Prefeitura Municipal de Gurupá; Subsídio de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e**
124 **Vereadores; Interessado Manoel Moacir Gonçalves Alho; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator-**
125 **Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
126 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
127 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
128 **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 1.149/2012 que fixou os subsídios do Prefeito,
129 Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores para a legislatura 2013/2016, sem acréscimos de
130 gratificações, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra parcela com caráter
131 remuneratório. **Processo nº 201215392-00; Câmara Municipal de Moju; Subsídio de Vereadores;**
132 **Interessado José De Sousa Rolim; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva Relator - Conselheiro**
133 **Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

134 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
135 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
136 pelo cadastramento da Resolução nº 001/2012 que fixou os subsídios dos Vereadores de Moju para a
137 legislatura 2013/2016, sem acréscimos de gratificações, adicional, abono, prêmio, verba de
138 representação ou qualquer outra parcela com caráter remuneratório. Em seguida, o Conselheiro Cezar
139 Colares pediu a palavra para comunicar que precisaria, neste momento, ausentar-se da Sessão, porém
140 gostaria de ratificar todas as proposições de voto que serão apresentadas pelo Auditor Sérgio Dantas.
141 Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 08: **Processo nº**
142 **20111603-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá /IPASEMAR;**
143 **Aposentadoria Registro da Portaria nº 027/2011 de 07.06.2011; Interessada Maria Margarida Bonjardim**
144 **Porto; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo
145 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
146 ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
147 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da
148 Portaria nº 027/2011, do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá –
149 IPASEMAR, que aposentou a Sra. Maria Margarida Bonjardim Porto. Ausência, por ocasião de votação,
150 do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201203434-00; Instituto de Previdência dos**
151 **Servidores Municipais de Marabá/IPASEMAR; Aposentadoria Registro da Portaria nº 001/2012 de**
152 **06.01.2012; Interessada Rosa Maria da Silva Rodrigues; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**
153 **Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
154 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi
155 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
156 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº. 001/2012, do Presidente do
157 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposentou a Sra. Rosa
158 Maria da Silva Rodrigues. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
159 **201204261-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá /IPASEMAR;**
160 **Aposentadoria Registro da Portaria Nº 011/2012 de 18.01.2012; Interessada Luiza Monteiro Pimentel;**
161 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo
162 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
163 ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
164 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da
165 Portaria nº 011/2012, do Presidente Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá -
166 IPASEMAR, que concedeu aposentadoria a servidora Luzia Monteiro Pimentel, com proventos



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

167 discriminados no Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
168 **201204254-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá /IPASEMAR;**
169 Aposentadoria Registro da Portaria Nº 014/2012 de 02.06.2012; Interessada Antônia Pereira da Costa;
170 Procuradora -Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo
171 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
172 favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
173 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
174 registro da Portaria nº 014/2012, do Presidente Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de
175 Marabá - IPASEMAR, que concedeu aposentadoria a servidora Antônia Pereira da Costa, com proventos
176 discriminado no Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
177 **201204262-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá /IPASEMAR;**
178 Pensão - Portaria nº 010/2012, Pensão por morte da Servidora Joana Freitas Martins; Interessado
179 Teomar Alves Dos Santos (Esposo), Thalita Martins dos Santos e Gabriela Martins dos Santos (Filhas);
180 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
181 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
182 ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
183 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da
184 Portaria nº 010/2012, de 17/01/2012, do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores
185 Municipais de Marabá- IPASEMAR, que concedeu pensão por morte da servidora Joana Freitas Martins a
186 Teomar Alves dos Santos (esposa), Thalyta Martins dos Santos e Gabriel Martins dos Santos(filhas), com
187 provento mensal discriminado no Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
188 **Processo nº 201119654-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 0726/12, de 26.06.12;**
189 Interessada Raimunda Esmeralda da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro
190 Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
191 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi
192 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
193 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0726/12, de 26.06.2012,
194 que aposentou Raimunda Esmeralda da Silva do quadro da Prefeitura Municipal de Belém. Ausência, por
195 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201206330-00; IPAMB/PMB;**
196 Aposentadoria - Portaria nº 0381/12, de 29.03.12; Interessada Miranilde Furtado da Costa; Procuradora
197 Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
198 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da
199 Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

200 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
201 0381/12, de 29.03.12 que aposentou Miranilde Furtado da Costa do quadro da Prefeitura Municipal de
202 Belém, com proventos integrais. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
203 **Processo nº 201206334-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria- Portaria Nº 0397/12, de 03.04.12;**
204 Interessada Eunilde Lima D'Oliveira; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio
205 José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
206 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O
207 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
208 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0397/12, de 03/04/12, do Instituto de Previdência e
209 Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposentou Eunilde Lima D'Oliveira, do quadro da
210 Prefeitura Municipal de Belém. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
211 **Processo nº 201207847-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria Nº 0473/12, de 23.04.12;**
212 Interessado Almir Ferreira Apoluceno; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio
213 José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
214 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão.** O
215 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
216 **unanimidade**, decidiu pelo Registro da Portaria nº 0473/12, de 23/04/12, do Instituto de Previdência e
217 Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposentou Almir Ferreira Apoluceno do quadro da
218 Prefeitura Municipal de Belém. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
219 **Processo nº 201213325-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 0776/12, de 04/07/12;**
220 Interessada França Helena do Carmo Favacho; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro
221 Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
222 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi
223 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
224 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0776/12, de 04/07/12, do
225 Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposenta França Helena do
226 Carmo Favacho do quadro da Prefeitura Municipal de Belém. Ausência, por ocasião de votação, do
227 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201117852-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer;**
228 Termos Aditivos de Contrato de Servidor Temporário; Contrato Ofício nº 307/2011; Interessado Márcio
229 André Heidtmann Monteiro; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.
230 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
231 manifestou-se pela negativa de cadastramento do ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A
232 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

233 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Contrato Temporário nº 14/2009/SEMSA, bem como do 1º e do
234 2º Termo Aditivo deste Contrato para o cargo de Enfermeiro, celebrados pela Secretaria Municipal de
235 Saúde de Alenquer com Márcio André Heidtmann Monteiro, com a recomendação de que Prefeitura
236 realize concurso público para os cargos em análise. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
237 Cezar Colares. **Processo nº 201211629-00; Fundo Municipal de Saúde de Alenquer; Termos**
238 **Aditivos de Contrato de Servidor Temporário; Contrato Ofícios nº's 110, 107, 104, 108, 111, 109, 105,**
239 **106 e 169/2012; Interessado Antônio Anabel Aguiar Portela e outros; Procuradora Maria Regina da**
240 **Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
241 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
242 **discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
243 **à unanimidade**, decidiu pelo registro do 1º Termo Aditivo aos Contratos por tempo determinado de
244 nº's 25, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 37, 39/2011, firmado com os servidores Antônio Anabel Aguiar Portela e
245 outros, para os cargos de Odontólogo, Técnica em Enfermagem, Vigia, Assistente Administrativo,
246 Auxiliar Administrativo e Enfermeira, todos com vigência de 01/06/2012 a 30/10/2012, exceto para o
247 Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2011 que teve vigência de 01/07/2012 a 31/10/2012, com a
248 recomendação de que a Prefeitura realize concurso público para os cargos em análise. Ausência, por
249 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201207596-00; Instituto de**
250 **Previdência dos Servidores Municipais de Breves; Aposentadoria - Portaria Nº091/2011 de**
251 **06.10.2011; Interessada Lucinda de Oliveira e Souza; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator**
252 **Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
253 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A
254 matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua proposição de **VOTO**. A
255 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
256 091/2011, que aposentou a Sra. Lucinda de Oliveira e Souza, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de
257 Serviços Gerais, com o provento no valor de R\$-545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), conforme
258 o disposto Artigo 40, §1º, Inciso III, "b" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela
259 Emenda Constitucional nº 41/2003, devendo o Instituto atualizar o valor para o salário mínimo vigente.
260 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. (ver linha 138 a 140). **Processo nº**
261 **201208811-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cachoeira do Arari;**
262 **Aposentadoria - Portaria Nº014/2012 de 21.05.2012; Interessado Irandir Ferreira da Costa; Procuradora**
263 **Maria Regina da Cunha; Relator Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo
264 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
265 ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado proferiu sua



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

266 proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
267 registro da Portaria nº 014/2012 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cachoeira
268 do Arari, que aposentou a Sra. Irandir Ferreira da Costa, ocupante do cargo efetivo de Servente, com o
269 provento no valor de R\$-622,00(seiscentos e vinte e dois reais), conforme o disposto no § 2º do Artigo
270 201 e artigo 40, §1º, Inciso III da CF/88, com as modificações procedidas pela Emenda Constitucional
271 nº 41/2003. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. (ver linha 138 a 140).
272 **Processo nº 201208812-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de**
273 **Cachoeira do Arari; Aposentadoria - Portaria Nº013/2012 de 21.05.2012; Interessado Guilherme**
274 **Soares da Costa; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator Auditor convocado Sérgio Franco Dantas.**
275 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
276 manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor
277 convocado proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
278 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 013/2012, do Instituto de Previdência de Cachoeira
279 do Arari que aposentou o Sr. Guilherme Soares da Costa, ocupante do cargo efetivo de Braçal, com o
280 provento mensal no valor de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais e vinte), conforme o disposto
281 artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, com as modificações procedidas
282 pela Emenda Constitucional nº 41/2003. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar
283 Colares. (ver linha 138 a 140). **Processo nº 201117510-00; Instituto de Previdência dos Servidores**
284 **do Município de Portel; Aposentadoria - Portaria nº 139/2011 de 20/10/2011; Interessada Tereza**
285 **Oliveira Leal Nogueira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Auditor convocado Sérgio Franco**
286 **Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
287 manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor
288 convocado proferiu sua proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
289 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 09/2012, do Instituto de Previdência dos Servidores
290 do Município de Portel, que aposentou a Sra. Tereza Oliveira Leal Nogueira, no cargo de Agente de
291 Serviços Gerais, com proventos proporcionais no valor de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).
292 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. (ver linha 138 a 140). **Processo nº**
293 **201203010-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cachoeira do Arari;**
294 **Pensão - Portaria Nº019/2012 De 02/08/2012; Interessada Cristina Azevedo Avelar (Filha); Procuradora**
295 **Maria Inez Gueiros; Relator Auditor Convocado Sérgio Franco Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental,
296 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro da
297 Portaria nº 001/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Auditor convocado proferiu sua
298 proposição de **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

299 negativa de registro da Portaria nº 001/2012, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de
300 Cachoeira do Arari, que concede pensão a menor Creuza Cristina Azevedo Avelar, devendo o Instituto
301 tomar ciência da decisão para que possa encaminhar novo Ato de concessão de pensão. Ausência, por
302 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. (ver linha 138 a 140). **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**
303 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
304 **PÚBLICO:** O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra e assim manifestou-se: "*Recebi, ontem, em meu*
305 *Gabinete o Presidente do IPAMB, Sr. Eric Farias, que veio tratar de questões relacionadas a mudança de*
306 *governo. Informou que tomou atitudes na área de saúde e em outras questões relativas a contratos de*
307 *prestação de serviços de natureza continuada, por conta de algumas situações emergenciais. Solicitou uma*
308 *posição do Tribunal, nesse aspecto, para saber como agir diante da continuidade desses Contratos. São*
309 *Contratos que foram feitos em licitações com formato de Convite por mais de 5 anos, quando na realidade*
310 *deveriam ter sido feitas licitações com formato de Concorrência. Esses Contratos estão sob análise do*
311 *Presidente do IPAMB, que solicitou uma orientação em como proceder. Comunico ao Plenário, porque estou*
312 *na qualidade de Relator das contas, que estarei deslocando uma equipe, na quarta-feira, ao Instituto de*
313 *Previdência e gostaria da colaboração da Presidência no sentido de expedir as portarias necessárias,*
314 *designando os servidores a comparecerem nesta data para realizar este trabalho de cooperação e fiscalização*
315 *junto ao IPAMB*". A Presidência se colocou à disposição do Relator. Após, a Presidência declarou
316 **ENCERRADA** a presente Sessão às dez horas e trinta e dois minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
317 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sete de março de dois mil
318 treze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**

Presidente da Sessão